

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Medicina
Departamento de Medicina Social
Especialização em Saúde Pública

**Educação Ambiental e Promoção de Saúde na mídia impressa: Levantamento
de 10 de janeiro a 10 de abril de 2011**

Carolina Weber

Orientadora: Professora Doutora Cristianne Maria Famer Rocha

Porto Alegre, julho de 2011.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Medicina
Departamento de Medicina Social
Especialização em Saúde Pública

**Educação Ambiental e Promoção de Saúde na mídia impressa: Levantamento
de 10 de janeiro a 10 de abril de 2011**

Carolina Weber

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do Certificado de
Especialização em Saúde Pública.

Orientadora: Professora Doutora Cristianne Maria Famer Rocha

Porto Alegre, 2011.

Sumário

1 Revisão Teórica.....	4
Artigo	7
Folha de rosto.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	8
2 Introdução.....	9
2.1 História da Educação Ambiental.....	11
2.3 Poder da Mídia.....	13
3 Métodos.....	14
4 Resultados.....	16
5 Discussão.....	16
6 Conclusões.....	18
Referências	22
Anexo I.....	22
Anexo II.....	26

1 Revisão teórica

O estudo dos impactos das condições ambientais sobre a saúde vem sendo aprofundado ao longo das duas últimas décadas em vários países.

No Brasil a política de saúde ambiental ainda está em discussão, os debates são lançados, mas há poucos resultados para a crise ambiental.

Há a necessidade de o homem ter conhecimento sobre o impacto que causa ao seu meio, ter consciência de que isto é uma relação de causa e consequência.

Segundo Gumes (2005) (1), é no processo mental do sujeito, a partir de reconstruções internas, que a consciência tem sua origem.

Campos (1999 apud GUMES, 2005, p.346) (1) considera que:

Deve-se construir uma consciência ambiental através de um pensamento sistêmico, onde um sistema é uma unidade possuidora de um espaço interno de organização, coesão e de um esforço externo de adaptação. No processo de assimilação de uma estrutura sistêmica requer uma racionalidade ambiental, com novos princípios éticos e valores culturais quanto à sustentabilidade, uma vez que os indivíduos estão sujeitos a uma racionalidade gerada pelo poder que leva à atual economia de exploração e à globalização.

A Educação Ambiental (EA) é uma importante ferramenta para a construção desta consciência. De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre EA, realizada em 1977 em Tbilisi, Geórgia (ex URSS):

A educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros. (DIAS, 1992, apud PELICIONI, 1998, p.20) (2)

Esta ferramenta deve seguir essa abordagem sistêmica, capaz de relacionar os aspectos da crise ambiental atual que refletem tanto na saúde do homem quanto na saúde do ambiente e que não podem mais ser vistas e analisadas de forma isolada e independente.

Desta forma há a necessidade de uma educação ambiental em dois níveis: uma educação comportamental agindo como difusor dos conhecimentos sobre o meio

ambiente e induzindo mudanças de hábitos e comportamentos em relação ao meio ambiente, e uma educação ambiental popular como prática de ação de cidadania que visa à formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade.

Faz-se necessário a construção do conhecimento coletivo, a partir de novos referenciais, que devem ir ao encontro dos diferentes níveis da realidade, das diferentes culturas e trajetórias individuais.

Neste sentido surge a necessidade, através das esferas públicas, de aprofundarmos este debate e disponibilizarmos uma série de atividades que estimulem a reciclagem do nosso modo de nos relacionar socialmente e com a natureza da qual fazemos parte. O modelo vigente demonstra-se ultrapassado e insuficiente e não responde as reais necessidades da nossa população, deve-se mudar o foco da recuperação de áreas vulneráveis para a promoção e prevenção.

É preciso que a proposta de educação ambiental seja política, questionadora, criativa, inovadora e capaz de dialogar com a vida cotidiana e os conhecimentos científicos.

Segundo Barcellos (2002) (3), ao definirmos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos.

A presença deste tema em veículos de transformação social como as mídias (TV, rádio, jornais, internet, revistas) é de extrema importância na construção de opiniões e na tomada de decisões, já que elas se fazem presentes no cotidiano dos indivíduos explorando os espaços de trabalho e lazer.

Para Chevarria (2002 apud SILVA, 2002, p. 23) (4) o processo de educação em saúde exige não só compreensão do indivíduo, mas do coletivo e da realidade onde está inserida, por meio da discussão de questões de saúde como alimentação, higiene, habitação, saneamento, emprego, cultura, lazer e meio ambiente.

Os meios de comunicação têm importante função nesse processo de educação, eles devem estar acessíveis a todos os campos do conhecimento e de aplicações da sociedade e não reservados ao uso de profissionais especializados.

Sanhotene (2009) (5) caracteriza a mídia como envolvente, um campo centralizante, o qual os outros campos, como exemplo o religioso, o musical, o político, etc., o utilizam para atrair a atenção da opinião pública. “O campo midiático precisa publicizar os assuntos dos outros campos, assim como os outros campos precisam da mídia para que seus conteúdos se tornem públicos”. (SANCHOTENE, 2009, p. 252) (5).

Neto (2003 apud SILVA & BORDIN, 2003, p.45) (6) reconhece que os processos midiáticos são operadores importantes na construção de articulações, pontos de contato, mediações desde que suas operações se cruzem, e não dissolvam outras competências de campos sociais distintos.

“Na comunicação, intenção é a tentativa consciente do emissor influenciar o receptor através de uma mensagem, sendo a resposta do receptor uma reação baseada na hipótese das intenções da parte do emissor” (Santaella 2001 apud SILVA, 2001, p. 20) (4).

Feitosa (2003 apud SILVA & BORDIN, 2003, p.144) (6) afirma que a notícia pode ser definida como uma construção da realidade social entendendo a comunicação como um processo não linear que inclui o trabalho dos públicos em sua interação com as mensagens veiculadas pelos meios.

Para Rondelli (1998, p.30) (7) os meios de comunicação não só moldam o que pensamos sobre a realidade exterior, mas definem, sobretudo, uma pauta daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir.

Costa (2002, p.72) (8), considera que: [...] “boa parte da modelagem identitária empreendida pelas sociedades neoliberais é levada a efeito pela mídia e por outros artefatos da indústria cultural”.

Educação ambiental e promoção de saúde na mídia impressa: Levantamento de 10 de janeiro a 10 de abril de 2011

Environmental education and promotion of health in print: A survey of january 10th to april 10th 2011

Carolina Weber, Ciências Biológicas, Bióloga, Técnica do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Nossa Senhora da Conceição

Cristianne Maria Famer Rocha, Saúde Coletiva, Doutora em Educação, Professora Adjunta da UFRGS

Nome do Departamento(s) ou Instituição a qual o trabalho deve ser atribuído:

Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Autor para correspondência: Carolina Weber, rua Lasar Segall 530 apto 101/ São Sebastião - Porto Alegre, (51) 98138118 – webercarolina@hotmail.com

- Fontes de financiamento: não contou com financiamento.
- Número total de palavras do texto: 2.789
- Número de Gráficos: 1

Educação ambiental e promoção de saúde na mídia impressa: Levantamento de 10 de janeiro a 10 de abril de 2011

Environmental education and promotion of health in print: A survey of january 10th to april 10th 2011

Carolina Weber¹, Cristianne Maria Famer Rocha²

RESUMO

Introdução: Este trabalho objetiva analisar a quantidade dos discursos veiculados em relação ao tema educação ambiental e promoção de saúde publicados em dois veículos midiáticos: *Zero Hora* e *Correio do Povo*. O tema foi escolhido, uma vez que, a saúde é resultante do equilíbrio entre o homem e o seu meio. Desta forma a educação ambiental pode ser uma estratégia de promoção de saúde. A mídia relacionada ao tema atua como colaboradora desempenhando papel estruturador na construção do senso comum. **Métodos:** Foram consultadas todas as edições impressas desses jornais, publicadas no período compreendido entre 10 de janeiro a 10 de abril de 2011, e selecionadas todas notícias que continham em seus títulos as palavras: saúde, ambiente, meio ambiente, saúde ambiental, educação ambiental.

Resultados: Foram identificadas 11 reportagens dos 181 exemplares em análise sendo 7 do jornal *Zero Hora* e 4 do *Correio do Povo*. Seis das reportagens abordaram os aspectos negativos, ou seja, os agravos ao meio estão diretamente relacionados aos efeitos sobre a nossa saúde e, 4 abordaram aspectos positivos como os projetos de desenvolvimento sustentável. **Conclusão:** O estudo realizado aponta para a necessidade de se buscar ações conjuntas que levem à superação do modelo atual. Lutar por uma educação ambiental e consequente promoção de saúde.

Palavras- Chave: ambiente, saúde pública, educação ambiental, saúde ambiental, comunicação em saúde.

ABSTRACT

Introduction: This study aims to analyze the amount of the reports related to the topic environmental education and promotion of health published in two medias: *Zero Hora* newspaper and *Correio do Povo* newspaper. The theme was chosen as a result of the balance between health and environment. In this way Environmental Education can be a strategy to promote health. The media contributes to the theme developing a structural role in the construction of the common sense. **Methods:** Publications from january 10th to april 10th, 2011 were consulted and the articles with the words health, environment, environmental health, environmental education were collected. **Results:** Eleven articles were found and 181 editions were analyzed. Six articles have brought negative aspects about the theme, in others words, the worsening of the environment injuries are related to the effects on our health. Four articles approach were about positive aspects of the sustainable developing projects. **Conclusion:** The study shows the need of searching for partner actions that overcome the current model. Fight for Environmental Education and consequent promotion of health.

Keywords: environment, public health, environmental education, environmental health, health communication.

¹ Aluna do Curso de Especialização em Saúde Pública. E-mail: webercarolina@hotmail.com.

² Professora Orientadora E-mail: cristianne.rocha@terra.com.br.

2 Introdução

Partindo da observação das funções do organismo e suas relações com o meio natural e social, a saúde é resultante do equilíbrio entre o homem e seu meio.

Segundo Augusto e Moisés (2009, p. 21) (9), o ambiente é um conceito inseparável da saúde e define um campo próprio para Saúde Pública.

Assim como a saúde, o ambiente é um campo de problematização do conhecimento, que não se resolve mais dentro dos paradigmas tradicionais das ciências, adquirindo novos significados e com dimensões ampliadas.

A degradação ambiental manifesta-se como sintoma de uma crise de civilização orientada pela nova ordem econômica mundial capaz de gerar uma série de danos, no âmbito da saúde, o qual vem sendo denominado de Saúde Ambiental.

Há a necessidade de pensarmos as nossas relações cotidianas e procurar alterá-las ou ampliá-las numa perspectiva que garanta a possibilidade de se viver dignamente e de forma atuante em relação ao modelo de sociedade do século XXI.

Para Amorin (2009, p. 33) (10), o olhar geográfico pode dar uma significativa contribuição para o (re)conhecimento da complexidade socioespacial urbana. A promoção da saúde e recuperação socioespacial de áreas vulneráveis se dará a partir de um verdadeiro resgate da participação social, da busca de identidades locais e do conhecimento do cotidiano dos moradores do lugar, possibilitando, assim a valorização ambiental e conseqüente Saúde Ambiental.

A saúde ambiental tem o desafio de criar, no meio das frestas existentes entre a vida cotidiana das pessoas e a procura aos serviços de saúde, práticas voltadas para os determinantes e condicionantes da saúde. Essas práticas procuram construir alternativas na promoção da saúde e prevenção das doenças, avançando na produção-plural de “espaços saudáveis”, para assegurar a defesa do ambiente e da saúde.

Desta forma a Educação Ambiental (EA) pode ser uma estratégia de promoção de saúde. A Educação Ambiental segundo o Art. 1º da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999:

é um processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o

enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política. (BRASIL, 1999, p.1) (11).

É consenso na comunidade internacional, segundo Reigota (2009) (12), que a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão. Há, cada vez mais, a necessidade de trabalharmos a educação ambiental em todas as oportunidades que forem criadas e as que aparecerem seja nas escolas, nos parques, nas associações de bairros, nas universidades e hospitais.

Talvez, o desafio de hoje seja administrar ações de educação ambiental nos diferentes locais e construir uma conscientização sócio-ambiental. Segundo Capra (1996) (13), é preciso “conhecer para preservar”, lema usado ainda hoje em muitos projetos e campanhas de educação ambiental, entendendo a alfabetização ecológica como o início, ou a base do trabalho da EA. A alfabetização ecológica é apresentada no livro “A Teia da Vida”, publicado em 1996, que se destaca por abordar, de maneira sistêmica, temas importantes, originários de diferentes áreas do conhecimento, fundamentais para a discussão dos novos paradigmas.

Segundo Sorrentino *et al.* (2005) (14), a educação ambiental, em específico ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Uma educação que reivindique e estructure o cidadão na construção de uma sociedade com justiça social, mais equilibrada, ética nas suas relações sociais e com a natureza.

Além desses espaços é necessário que a EA apareça em outras ferramentas de transformação social como a mídia, por exemplo, em matérias impressas e audiovisuais onde é possível discutir sobre a saúde ambiental e o bem-estar que proporciona a população. Desta forma surge a pergunta: como o tema Educação Ambiental e Promoção de Saúde está sendo abordado na mídia impressa?

Segundo Candeias (1997) (15), promoção de saúde é provocar mudanças de comportamento organizacional, capazes de beneficiar a saúde de camadas mais amplas da população, particularmente, porém não exclusivamente, por meio da legislação.

2.1 História da Educação Ambiental

As discussões sobre o tema Educação Ambiental (EA) culminaram na *Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano* em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, devido ao grande impacto causado pelo Relatório do Clube de Roma 1968, publicado por grupo composto por cientistas, educadores, economistas, industriais, funcionários públicos e políticos com o objetivo de analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Uma das estratégias apontadas para a solução dos problemas ambientais nessa Conferência foi a educação dos indivíduos como forma de aprendizado para o uso dos recursos naturais de forma equilibrada e para a solução dos problemas ambientais.

Em 1975, ocorreu em Belgrado, (ex-Iugoslávia), o *Seminário Internacional sobre Educação Ambiental*, no qual foram definidos os objetivos da Educação Ambiental, publicados em *A Carta de Belgrado*, pela Organização das Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) neste mesmo ano. Os objetivos descritos são: conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação. A proposta do documento é uma educação formal¹ e não formal, um processo contínuo e permanente de caráter interdisciplinar dirigido, principalmente para as crianças e jovens.

Em 1977, ocorreu a *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS), quando os temas consciência, compreensão dos

¹ A educação formal refere-se à educação escolar; a não-formal à educação fora da escola, mas com sistematização metodológica.

problemas ambientais e formação de comportamentos positivos foram apontados como funções da EA. Nessa Conferência, foram apresentados os trabalhos que estavam sendo realizados em vários países, e a educação também foi abordada a partir das duas vertentes antes indicadas (formal e não-formal), contudo, neste documento, a proposta é dirigida a todas as idades.

A Rio-92, *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, caracterizou-se por ser a primeira na qual cidadãos e cidadãs do mundo puderam participar. Essa Conferência foi uma retomada da anterior, ocorrida em Tbilisi (em 1977), que teve como um dos principais resultados a criação da *Agenda 21*, uma agenda política planetária, que intensificou a necessidade da participação popular para atuar diante dos problemas ambientais. A Agenda 21 estava voltada para os problemas prementes da época e tinha o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do século XXI.

Além destes acontecimentos que tiveram como objetivo uma nova perspectiva educativa, outros eventos de âmbito mundial ocorreram e foram promovidos pela UNESCO, um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), que assumiu a organização de discussões regionais e internacionais de EA.

No Brasil, destacam-se vários setores, no âmbito das iniciativas de políticas públicas, que estão promovendo a EA. Como exemplo, podemos citar a criação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEA) no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) desde 1992, os centros de Educação Ambiental desde 1993 pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), instituído em 1994 pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a inclusão da EA nos Parâmetros Curriculares definidos pelo MEC em 1998, e a aprovação da Política Nacional de EA em 1999.

No Rio Grande do SUL, em 1972, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia do país. Em 1992 foi

criado o Núcleo Estadual de Educação Ambiental (NEA) do IBAMA, assim como em outros estados do Brasil.

Em Porto Alegre, o órgão que promove a EA é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), através de seminários sobre EA para profissionais de instituições de ensino e pesquisa e para acadêmicos de diferentes áreas.

2.2 Poder da mídia

Os veículos midiáticos permitem que a sociedade aprenda e possa refletir sobre o tema para que deixe de se colocar na condição de espectadora e passe à condição de agente modificador e multiplicador da educação ambiental.

[...] a mídia “delinea, situa, sugere e estimula formas de existência coletiva ou de relação consigo mesmo e com o outro [...]”. (FISCHER, 2005 apud ROCHA 2009, p.44) (16, 17)

“Os meios de comunicação veiculam ou produzem notícias, representações e expectativas nos indivíduos com propagandas, informações e noticiário [...]” (SERRA & SANTOS, 2003, p. 692 (18). Introjetam idéias de vida saudável e influenciam na formação de novos hábitos. A mídia desempenha papel estruturador na construção do conhecimento através de palavras, textos e imagens ela nos abastece de informações.

“Somos também educados por imagens, filmes, textos escritos pela propaganda, pelas charges, pelos jornais, pela televisão, pela internet, seja aonde for que estes artefatos se expunham”. (COSTA, SILVEIRA E SOMMER, 2003;p. 57 (19)

Contudo é importante questionarmos até que ponto a mídia é determinante do modo de agir dos leitores.

‘A ideia de poder está bastante fundada no conceito veicular, ou seja: o poder se estabelece pelo controle do espaço por meio do transporte e da comunicação’. (CORTEZ, 2010 p. 316 (20)

A mídia funciona como um meio de comunicação, um dispositivo tecnológico de produção-reprodução de mensagens. A noção de meio de comunicação social “deve satisfazer o critério de acesso plural das mensagens [...]”. (Verón, 1997 apud

SANCHOTENE, 2009, p. 252 (5, 21). Ela faz a mediação entres os campos e os atores sociais afetando a relação entre ambos.

Os meios de comunicação massivos têm o poder de falar às grandes populações invadindo a vida das pessoas e influenciando sobre a opinião das mesmas. Eles produzem reflexões e posicionamentos acerca dos acontecimentos. Tal fato só ocorreu porque “saiu na mídia”, se “não saiu na mídia” é porque não ocorreu. [...] “Você viu, saiu no jornal” (Se saiu no jornal é porque é verdade) [...]. (Gomes, 2006 (apud SANCHOTENE, 2009, p. 253) (5, 22)

A comunicação tem um poder surpreendente frente aos leitores, o que determina sua educação e sua vontade de querer saber sempre mais. Desta forma busca-se a importância desses meios de comunicação na otimização de resultados de campanhas e/ou programas voltados para a saúde pública.

O presente artigo refere-se à relação entre os temas saúde – ambiente e sua abordagem em reportagens que foram publicadas em dois jornais estaduais de periodicidade diária, *Zero Hora* e *Correio do Povo* que são direcionados ao público de todas as idades.

2 Métodos

Este estudo objetiva analisar a quantidade dos discursos veiculados, em relação ao tema “educação ambiental” relacionado com o tema da “saúde”, em dois jornais cotidianos do Rio Grande do Sul (*Zero Hora* e *Correio do Povo*).

Trata-se de um estudo exploratório, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, que visa identificar, descrever e analisar as notícias publicadas nesses dois jornais impressos gaúchos.

Foram consultadas todas as edições impressas dos jornais citados acima, publicadas no período compreendido entre 10 de janeiro a 10 de abril de 2011, (n= 181, 2.140 p.) e selecionadas todas as notícias que continham em seus títulos uma

das seguintes palavras: saúde, ambiente, meio ambiente, saúde ambiental, educação ambiental.

Após a identificação dessas notícias, a partir dos títulos das mesmas, foi feita a leitura dos textos completos e uma seleção das que relacionavam “meio ambiente” e “saúde” em seus textos (n= 11).

As reportagens foram analisadas seguindo um plano de análise inspirado no Projeto Europeu “Mageep Espanha”² (Rocha, 2010), quando uma série de questões foram respondidas a partir dos dados e informações contidas nas reportagens:

- qual ênfase é dada à relação entre “meio ambiente” e “saúde”: facilidades, dificuldades, problemas, oportunidades;
- quem fala sobre essa relação (quais atores “têm a palavra” para pronunciar seus discursos a respeito dela);
- quem está implicado nessa relação (atores que não “tem a palavra”, mas são citados como se dela fizessem parte);
- quais são as temáticas de apoio nessa relação (outros temas relacionados);
- onde estão localizados o(s) problema(s) e a(s) solução(ões), em quais organismos governamentais (ministérios, secretarias estaduais/municipais, fundações, agências de cooperação), em organizações não governamentais (associações da sociedade civil, fundações privadas, etc) ou em ações individuais.

O processo da coleta de dados foi trabalhoso, pois em um universo de 181 exemplares (n=181) totalizando 2.140 páginas, foi possível identificar apenas 11 reportagens que relacionavam o tema saúde ao tema do ambiente. Observou-se que essa temática não foi frequente e tão pouco estava presente na página principal dos jornais analisados.

² Informações disponíveis em: <http://www.ucm.es/info/mageeq/metodologia.htm>

3 Resultados

Nos meses em análise foram publicadas 11 reportagens, sendo que:

a) 10 (91%) foram escritas por jornalistas; 1 (9%), um editorial, escrito por um advogado e, 7 (54,5%) foram publicadas no jornal *Zero Hora* (figuras 1, 2,3 4, 5, 6, 7).

b) 7 são consideradas grandes (aproximadamente 15 cm²), dessas 5 (71,4%) foram publicadas no jornal *Zero Hora* e 2 (28,6%) no *Correio do Povo*. Há a apresentação de fotos em 2 dessas 5 reportagens publicadas no jornal *Zero Hora* e nas 2 publicadas no *Correio do Povo*.

c) A ocorrência mais freqüente das palavras em análise foi no mês de janeiro do jornal *Zero Hora* (68,7%) (gráfico 1).

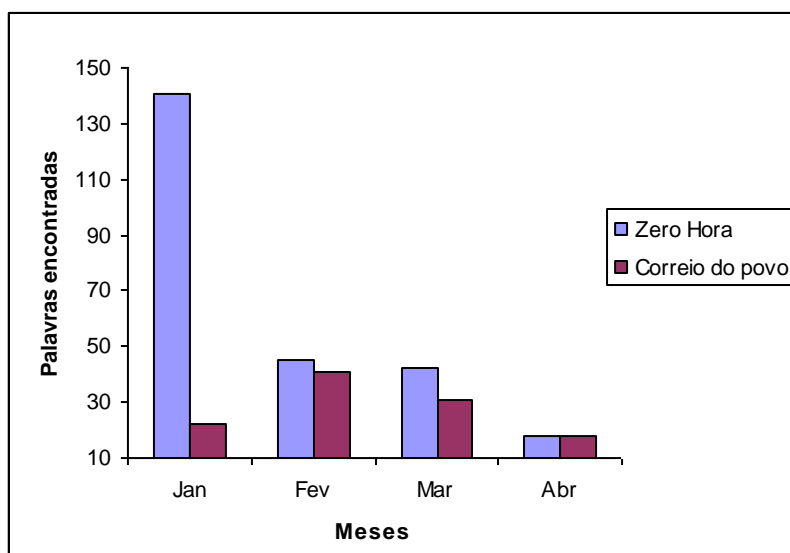


Gráfico 1. Ocorrência mensal das palavras relacionadas ao tema nos primeiros meses de 2011.

d) 6 (54,5%) reportagens abordaram os aspectos negativos que relacionam o ambiente com a saúde; 5 (45,5%) abordaram os aspectos positivos, e dessas apenas 1 (9%) referenciou o tema educação ambiental (figura 7).

4 Discussão

Provavelmente a maior ocorrência das reportagens no jornal *Zero Hora* deve-se ao maior número de páginas que esse jornal possui (aproximadamente trinta), se comparadas ao outro jornal analisado (aproximadamente vinte páginas). As notícias se dispersam de maneira uniforme durante os meses analisados no jornal *Correio do*

povo, comportamento não observado nos mesmos meses no jornal *Zero Hora*. O fato das palavras ocorrerem com maior frequência no mês de janeiro, desse último jornal, pode estar relacionado ao tema saúde que estava muito presente nas notícias que descreviam à situação das emergências hospitalares no mês de janeiro na capital gaúcha.

Em geral as notícias destacaram os agravos no ambiente, como por exemplo, o descarte incorreto dos resíduos domésticos, a seca, a poluição das águas e suas conseqüentes ameaças a saúde. Contudo cinco reportagens abordaram aspectos positivos como ações ambientais em parques, como exemplo, oficinas de segregação de resíduos sólidos, campanhas de fraternidade contra o aquecimento global e projetos de desenvolvimento sustentável.

O conteúdo das reportagens veiculadas nos dois jornais impressos analisados apresentam notícias com enfoque factual, o qual está relacionado a fatos informativos, relato de acontecimentos, eventos e declarações que tem a tendência de difundir as idéias de interesse público com ênfases em problemas e riscos ou, saúde e serviços.

Os dois jornais apresentam uma linguagem clara e acessível, mas “pecam” quanto ao destaque dos temas saúde – ambiente que não apareceram como manchetes nas capas o que sugere que o tema não seja chamativo e que não há preocupação prioritária com a saúde.

É importante salientar que os veículos midiáticos têm importante função social no esclarecimento de novas temáticas e da possível relação entre elas. As notícias retrataram o fato de que diversos fatores que afetam o meio geram influências que podem exercer direta ou indiretamente efeito significativo sobre a saúde e bem-estar físico e mental do homem.

Segundo Rocha (2004, p.129) (23):

A mídia tem sido, sobretudo nas últimas décadas, um local pedagógico onde se aprende e se ensina. Devemos, portanto, compreendê-la também a partir destas suas potencialidades, como algo que legitima e constrói identidades, como um local de exercício da pedagogia.

5 Conclusões

Este estudo respondeu de maneira satisfatória a questão da importância dos temas saúde – ambiente nos jornais em análise. Embora a qualidade de vida venha assumindo papel importante na sociedade pode-se constatar que as notícias trazem a dura realidade. A maior parte das reportagens (54,5%) apontaram os aspectos negativos como a agressão que o homem faz ao seu meio e que gera problemas a sua saúde. Há a necessidade de programas voltados para a aprendizagem ecológica. Como tentativa para diminuir os agravos ao meio e, desta forma promover saúde. As esferas públicas e organizações não governamentais devem agir isoladas ou simultaneamente e interagir com os meios de comunicação que são grandes aliados para essas ações de educação em saúde.

Fazer política de comunicações é atributo também do profissional de saúde. Por meio da utilização dos veículos de comunicação, estes profissionais passam a disseminar e trocar informações sobre educação e saúde.

É o acesso à informação e a maneira como é abordada que vai gerar no leitor consciência crítica para o discernimento e criação de seu próprio conceito sobre saúde.

Ao escrever este artigo se espera contribuir para o avanço de novas pesquisas que envolvam as temáticas simultaneamente e que as mesmas sejam publicadas para capturar a atenção dos leitores formando cidadãos cada vez mais críticos e atuantes nessa questão relevante de promoção de saúde.

Agradecimentos

Agradeço por tudo que me ajudou a elaborar esse trabalho, principalmente...

...à professora Cristianne Maria Famer Rocha, pela influência na escolha do tema e suas considerações.

...à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de realização do curso.

...aos professores, pela transmissão de conhecimentos.

... à turma, pelas amizades feitas durante o curso.

Referências

1. GUMES, S. M. L. **Construção da Conscientização Sócio-Ambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho.** São Paulo: Paidéia; 2005. Set/Dez; 15 (32): 345-354.
2. PELICIONI, M. **Educação Ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade.** Saúd e Socied. 1998. 7 (2): 19-31.
3. BARCELLOS, C. *et al.* **Organização espacial, saúde e qualidade de vida: a análise espacial e o uso de indicadores na avaliação de situações de saúde.** Infor epidemiol SUS; 2002.11(3): 129-138.
4. SILVA, J. O. **Saúde na Mídia.** Porto Alegre: Dacasa; 2002.
5. SANCHOTENE, C. R. S. **A midiaticização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social.** Ponta Grossa: Emancipação; 2009. 9 (2): 249-258.
6. SILVA, J. O. & BORDIN, R. **Máquinas de Sentido: Processos Comunicacionais em Saúde.** Porto Alegre: Dacasa; 2003.
7. RONDELLI, Elizabeth. **Realidade e ficção no discurso televisivo.** Imagem. 1998.
8. COSTA, M. V. **Mídia e Educação.** Rev. Bras. Educ. 2002; 20: 71-82.
9. AUGUSTO, L. G. S. & MOISES, M. **Conceito de Ambiente e suas Implicações para a Saúde.** *I Conferência Nacional da Saúde Ambiental: GT Saúde e Ambiente da Abrasco.* 2009; p. 20-24.
10. AMORIN, L. *et al.* **Saúde Ambiental nas Cidades.** *I Conferência Nacional da Saúde Ambiental: GT Saúde e Ambiente da Abrasco.* 2009; p. 30-34.
11. BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em fev. 2011.
12. REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** Coleção Primeiros Passos nº 292. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
13. CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996. 256p.
14. SORRENTINO, M. *et al.* **Educação Ambiental como política pública.** São Paulo: Educação e Pesquisa; 2005. 31 (2): 285-299.
15. CANDEIAS, N. M. F. **Conceitos de educação e promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais.** Rev Saud Public. 1997. 31 (2): 209-213.
16. ROCHA, C.F. **“Ensinando a Moçada a se Cuidar”:** Estratégias de Governo para a Produção de Sujeitos Saudáveis. 2009.
17. FISCHER, R. M. B. **Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura.** Campinas: *Cadernos Cedes*; 2005. Jan/Abr. 25 (65): 43-58.

18. SERRA, G. M. A.; SANTOS, E. M. **Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito**. Ciênc Saúd Colet. 2003. 8 (3): 691-701.
19. COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H.; SOMMER, L. H. **Estudos culturais, educação e pedagogias**. Rev Brasil Educ. 2003. (23): 36-61.
20. CORTEZ, G.. **Mídia: veículo ou espaço? As transformações na mediação cultural e na atuação de grupos sociais**. São Paulo: Rev Galáx.2010. Jul. (19): 306-319.
21. VERÓN, E. **Esquema para el análisis de la mediatización**. Rev Diálogo Comum. Lima: Felafacs; 1997. (48).
22. GOMES, P. **A Filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
23. ROCHA, C.F. **O espaço escolar em revista**. In: COSTA, Marisa V. (Org). Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Editora da Universidade. 2004: 117-142.

FÉ E AMBIENTE

Igreja Católica contra o aquecimento global

Campanha da Fraternidade, que será lançada hoje, abordará mudanças no clima

NOSSO MUNDO
SUSTENTÁVEL

A Igreja Católica está preocupada com a sobrevivência das espécies no planeta em meio às mudanças climáticas.

Pensando nisso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança hoje a 47ª Campanha da Fraternidade (CF), focada no aquecimento global e nas mudanças do clima.

A partir do tema Fraternidade e a Vida no Planeta, a instituição deve discutir o consumo, a produção de energia e o desmatamento. Dom José Mário Stroehner, presidente da Regional Sul 3 da CNBB, conta que a temática foi escolhida há dois anos, como é de praxe desde 1964, ano da primeira campanha. Para ele, falar sobre as mudanças no clima é uma questão de sobrevivência para todos, e isso não significa ir contra o desenvolvimento:

– A igreja é a favor de um progresso integral da sociedade, preocupado com diferentes questões.

Os poucos resultados obtidos durante a Conferência do Clima em Copenhague, em 2009, também teriam

reforçado a escolha. Por esse motivo, as emissões de gases do efeito estufa (GEE), os atuais meios de transporte, a agroindústria e a produção de energia estarão na pauta do debate. O grande objetivo é a conscientização.

– Já se pesquisou que seria preciso mais de um planeta para satisfazer as atuais necessidades das pessoas. A mudança depende da população – reforça o bispo.

Não é a primeira vez que a Campanha da Fraternidade traz o ambiente como tema principal. Em 1979, a entidade discutiu a preservação, em 2004, a água e, em 2007, a Amazônia.

O texto que serve de base para o projeto tem 124 páginas e está dividido em quatro partes. Já na primeira, analisa a realidade para estabelecer possíveis causas para o aumento da temperatura no planeta. É onde a CNBB critica o desmatamento e as queimadas, responsáveis por grande parte das emissões no Brasil, e questiona o agronegócio e o atual modelo de desenvolvimento.

Nas etapas seguintes, o documento relaciona as questões com a teologia e, por fim, levanta possíveis ações para preservar a vida na Terra que podem ser desenvolvidas por pessoas, comunidades, governos ou empresas.

Para o seu filho ler

O que é o aquecimento global

- ✓ A temperatura do planeta está diferente do que era há anos.
- ✓ Alguns cientistas acreditam que os dias e as noites estão mais quentes e que isso é um fenômeno chamado aquecimento global.
- ✓ Uma das principais causas do aquecimento são os gases jogados no ar, como o gás carbônico.
- ✓ Quando se anda de carro, por exemplo, esses gases são liberados no ar, pelo escapamento do veículo.
- ✓ Se o planeta ficar muito quente, as geleiras vão derreter, a água do mar pode subir, e a vida das pessoas pode mudar.
- ✓ Por isso, a Igreja Católica está lançando uma campanha para que todos saibam o que é o aquecimento global e ajudem a reduzi-lo.

Colégio João Paulo I

Figura 1. Reportagem publicada em 09/03/2011 na página 27 do jornal Zero Hora.

Região Metropolitana



ARIVALDO CHAVES, RD, 18/02/2011

Moradores da Zona Sul recolhem água imprópria ao consumo na fonte da Edgar Pires de Castro

PERIGO À SAÚDE

Água de fontes naturais não deve ser consumida

Prefeitura constatou que a maioria das bicas na Capital está contaminada

Tido como um costume de moradores do Interior, o consumo de água direto de fontes naturais na Capital atrai comunidades próximas às bicas.

São pessoas que ignoram as placas de alerta instaladas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informando sobre a contaminação por coliformes.

Em nove das 12 fontes monitoradas pela SMS de Porto Alegre a água é imprópria para beber. Apenas uma bica no bairro Passo das Pedras e duas na Zona Sul são potáveis.

De acordo com a coordenadora da equipe de vigilância de águas da SMS, Kátia Cesa, muitos moradores não dão importância aos avisos colocados junto às fontes contaminadas:

– As placas que colocamos são furadas em seguida. Houve casos em que a população protestou e não deixou que as bicas fossem canalizadas.

Os testes costumam ser feitos três

vezes por ano, para verificar a contaminação por coliformes totais e fecais. O índice deve ser zero nos dois casos para que a água seja classificada como potável. As análises mais recentes são de 11 de novembro de 2010:

– A população acredita que a água é boa, mas as fontes são subterrâneas e não conhecemos o caminho delas. É muito comum serem contaminadas na cidade – explica Kátia.

Existem formas de tratamento – como a adição de cloro ou a fervura, menos indicada –, porém a SMS recomenda que a população beba água da rede pública, nunca das bicas. Quem ingere água de fontes impróprias corre o risco de contrair doenças como gastroenterites (infecções que causam diarreia, cólica e vômito) e hepatite A.

Há uma série de vertentes que não são testadas periodicamente. Para que outras bicas usadas por comunidades sejam analisadas, pode-se fazer uma solicitação à prefeitura da Capital pelo telefone 156.

Preste atenção

- **A SMS** alerta para os riscos do consumo de água de fontes contaminadas e recomenda o uso de água da rede pública, que é tratada

- **Adição de cloro:** adicionar duas gotas de cloro (hipoclorito de sódio, encontrado no comércio) para cada litro de água

- **Fervura:** ferver a água por dois a cinco minutos antes de beber

FONTES POTÁVEIS

- **Da Charrua, Rua João Verdana, 178, Vila Nova**

- **Da Gruta da Glória, Rua da Gruta, 98, Glória** (tratada com cloro pelo Hospital Divina Providência)

- **Da Rua Fábio Luiz Silveira, 29, Passo das Pedras** (canalizada)

Figura 2. reportagem publicada em 11/03/2011 na página 46 do jornal Zero Hora.

Flexibilidade ambiental

Estados e municípios terão de se submeter a regras de bom senso, para que a chamada guerra ambiental não repita agora o que ocorreu durante muitos anos, a partir da segunda metade da década de 90, quando a disputa por investimentos era determinada por incentivos tributários. A guerra fiscal, como ficou conhecida, consagrou práticas que atropelavam as normas mais elementares de conduta na administração pública e pôs especialmente os Estados em permanente confronto. Ultimamente, o duelo foi substituído pelas facilidades para aprovação de licenças ambientais, o que seduz empreendedores e faz com que a competição, pelos conflitos e omissões das legislações, seja desigual.

É compreensível, por ser da natureza da disputa por investimentos, que os governantes

recorram ao arsenal de incentivos disponíveis para atrair empresas, até porque cada Estado e cada município têm suas peculiaridades. Também é admissível que os empreendedores tentem contornar obstáculos a seus projetos, optando por locais nos quais encontrem maiores facilidades. Sabe-se, igualmente, que a burocracia estatal, e não só na área ambiental, é uma barreira a ser transposta. E os próprios Estados têm reconhecido, como ocorreu recentemente, que a estrutura governamental é deficiente e obsoleta para analisar licenças ambientais.

Todos esses entraves não podem, no entanto, transformar-se em argumento para uma disputa sem limites. O licenciamento existe para que o solo, a água, as matas, a fauna, enfim, todo o ambiente – incluindo seus aspectos econômicos e sociais – seja levado em

conta quando da análise dos impactos de um investimento. Se ignorar esses valores, o setor público estará cometendo o erro de, em nome do imediatismo, ser relapso com a preservação ambiental.

Empreendedores têm o direito de exigir que os organismos estatais sejam céleres no atendimento de suas demandas, como, aliás, deve ocorrer em todas as áreas do serviço público. Assim como é inaceitável que a burocracia e as leis muitas vezes confusas se sobreponham aos interesses dos que geram produção e emprego e dos Estados e municípios que almejam crescer e diversificar suas economias. Mas a guerra ambiental não pode afastar governos e comunidades do dever de preservar o que pertence a essa e às futuras gerações.

Figura 3. Reportagem publicada em 15/03/2011 na página 22 do jornal Zero Hora.

12 ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2011

Reportagem Especial - Ameaça invisível

Riscos graves à saúde são minimizados

Para especialistas, o nível de exposição à radiação não é tão alto no Japão

Os físicos nucleares rejeitam interpretações alarmistas em relação aos efeitos da radiatividade no Japão depois do terremoto. Ponderam que, sempre, a relação dos seres humanos com a radiação deve levar em conta o risco e o benefício, equação que se modifica conforme o nível da exposição.

– A chance de ocorrerem problemas para seres humanos é mínima. Um exemplo é a radiografia: a pessoa se submete à radiação, mas em níveis baixos. Vale a pena – diz o físico Telpo Dias, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, supervisor de radioproteção da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Em caso de calamidade – o que, segundo Dias, não é o caso do Japão –, as pessoas podem adoecer e não apenas de câncer. Podem ter ainda, por exemplo, pneumonia e até catarata.

Caso ocorra a exposição resultante

A possibilidade de a radiação das usinas japonesas provocarem contaminação em países como o Brasil é vista como “remotíssima” pelo físico Telpo Dias.

“Se houvesse um cataclisma no Japão, o que não é o caso, o governo brasileiro teria de controlar as importações daquele país, para evitar que material radiativo chegue aqui.”

de uma catástrofe, as pessoas que se submeterem à radioatividade, segundo o físico nuclear, devem procurar um centro especializado. No Brasil, é o Hospital Naval, do Rio de Janeiro. A pessoa é isolada e descontaminada.

Também para a física Daniela Estácio, do setor de radioterapia da Santa

Casa de Porto Alegre, não há motivo para preocupação.

– Tudo depende do nível de contaminação. Além disso, toda aquela região está sendo muito bem monitorada, de modo preventivo – afirma.

Outros especialistas elogiam a rapidez do governo japonês, que, mesmo em meio a uma catástrofe natural, retirou rapidamente os moradores do local e evitou maiores consequências.

– Houve um colapso das comunicações, dos transportes, então a remoção foi feita em condições difíceis, mas no tempo certo, o que salvou várias vidas – diz o engenheiro nuclear Aquilino Senra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No Japão, foram distribuídas cápsulas de iodo não radioativo para a população de risco. Com isso, o corpo fica saturado de iodo não radioativo, o que impede a absorção do iodo radioativo, evitando danos ao organismo.

A escala

A escala de Sievert é sistema que avalia efeitos biológicos da exposição à radiação. Recebe o nome de Rolf Sievert, médico sueco que trabalhou nessa especialidade:

Nível de segurança
O máximo de exposição considerada segura é de:

1 milisievert (mSv) em um ano

Doses únicas

- Ingestão de uma banana: 0,0001 mSv
- Radiografia dentária: 0,005 mSv
- Mamografia: 3 mSv
- Tomografia cerebral: 0,8 mSv a 5 mSv

A comparação
As medições no Japão estão sendo feitas na proporção de mSv por hora:

Nível mais alto detectado até agora na planta, de **12 mSv/h** equivale a fazer **2,4 mil** radiografias dentárias por hora, caso isso fosse possível

No reator 4 de Chernobyl logo após a explosão: **10 a 30 sv/h**

A relação da medida acumulada em um dia e os efeitos na saúde:

ACIMA DE 10 SV	Incapacitação e morte
6 A 10 SV	Sintomas abafados, comprometimento do sistema nervoso central, morte
3 A 6 SV	Náusea grave, perda de apetite, hemorragia, infecções, diarreia, descamação da pele, esterilidade
1 A 3 SV	Náusea média a grave, perda de apetite, infecções
0,25 A 1 SV	Náusea, perda de apetite, danos nos ossos e ao sistema linfático
0 A 0,25 SV	Sem efeito

Figura 4. Reportagem publicada em 17/03/2011 na página 12 do jornal Zero Hora.

Refugiados ambientais

ASTOR WARTCHOW*

Vários cientistas afirmam que a ação humana, por mais predatória que tenha sido e continua sendo, não é a responsável por essa série de fatos que presenciamos. Afirmam que o planeta periodicamente passa por processos agudos de transformação.

Consequentemente, as mudanças e os desastres ambientais globais afetam as populações e causam seu deslocamento territorial. A mudança de residência, mais precisamente.

O crescente e forçado êxodo é fruto de vários desastres ambientais e naturais como terremotos, tsunamis, furacões e enchentes. São os casos mais notórios. Mas podemos incluir o esgotamento do solo e sua desertificação, que impedem o trabalho, a agricultura e a própria sobrevivência humana.

Quem sabe do destino e das atribuições intestinais dessa bola gigante chamada Terra?

E nem falamos da elevação dos mares e o desaparecimento de centenas de ilhas. Muitas habitadas. Uma ameaça previsível, crescente e confirmada.

Menos comentada é outra hipótese de êxodo, embora complexa: a mudança climática com consequências nos índices locais de doenças infecciosas, evidenciadas e confirmadas nos números de morbidade e mortalidade.

Assim sendo, de um modo ou de outro, através de uma mudança ou desastre ambiental, sempre ocorre

um deslocamento e desenraizamento de milhares de pessoas que perdem suas casas, vida e famílias.

Essa sucessão de incidentes naturais do planeta está obrigando os países, possivelmente através da ONU, a encontrar soluções e adequações para abrigar as vítimas. Mais precisamente, são os chamados refugiados ambientais.

Historicamente, refugiada é a pessoa perseguida e incompatibilizada por razões de raça, religião, nacionalidade e razões políticas, geralmente, e que se encontra fora de seu país ou impossibilitada e impedida de voltar. Não é novidade. Está previsto no Tratado de Genebra sobre refugiados desde 1951.

Mas a expressão refugiados ambientais, ou refugiados climáticos, ou eco-refugiados, é mais recente. Surgiu em 1985. A ONU estima que hoje já há 50 milhões de refugiados ambientais no planeta. E que em 2050 serão 200 milhões de pessoas.

Na falta de legislação internacional específica, tem sido invocada a legislação pertinente aos Direitos Humanos, de modo a buscar a proteção humana e a defesa de sua dignidade. Em 2008, na Polônia, a ONU discutiu o relatório "Alterações Climáticas e Cenários de Migrações Forçadas" numa tentativa de regulamentar o tema. Mas não houve êxito.

Agora, assistindo à dimensão da tragédia japonesa e o sofrimento do seu povo, fiquei pensando se estamos todos preparados para, num futuro próximo, abrigar milhares e milhares de pessoas de outras nacionalidades e regiões do mundo.

Ou nós mesmos sermos abrigados por outras nações. Afinal, quem sabe do destino e das atribuições intestinais dessa bola gigante chamada Terra?

*Advogado

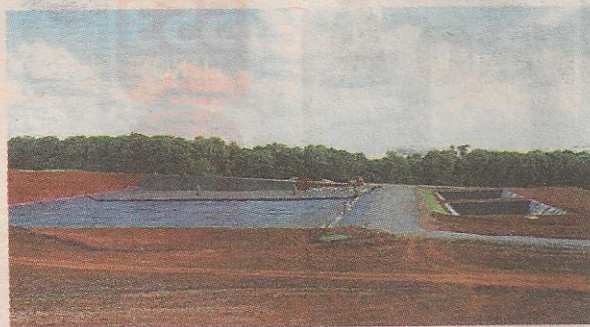
Figura 5. Reportagem publicada em 17/03/2011 na página 17 do jornal Zero Hora.

Ação ambiental em parques da Capital

NOSSO MUNDO
SUSTENTÁVEL

Hoje, às 9h, no Parque Marinha do Brasil (entre a administração e o canhão), em Porto Alegre, o Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM) lança o projeto Aldeia Ambiental, uma iniciativa para sensibilizar a população a zelar pela natureza e evitar degradações. O projeto iniciará com 300 alunos da Escola Estadual Flores da Cunha que participarão de quatro oficinas sobre resíduos sólidos, ar, fauna e flora. Também percorrerão o Caminho Perceptivo, onde, de olhos vendados, usarão o toque, o olfato e a audição para identificar elementos da natureza.

Figura 6. Reportagem publicada em 17/03/2011 na p. 46 de Zero Hora.



REVISTA S.A. DIVULGAÇÃO

Ambiente agradece

Giruá, no noroeste do Estado, ganhará um importante empreendimento a partir de hoje. A Revita Engenharia Sustentável, do grupo Solvi, investiu R\$ 4,5 milhões na nova Central Regional de Tratamento de Resíduos Sólidos. A área de 20 hectares tem capacidade para receber em média 300 toneladas/dia de lixo.

Além do aterro sanitário, o empreendimento possui lagoas de tratamento de efluente e um Centro de Educação Ambiental.

Figura 7. Reportagem publicada em 07/04/2011 na p. 26 de Zero Hora.

Anexo II- Reportagens publicadas no jornal *Correio do Povo*



Figura 8. Reportagem publicada em 10/01/2011 na página 10 do jornal *Correio do Povo*.

Aceguá

Seca tem reflexos na saúde

Aceguá, na fronteira com o Uruguai, está distribuindo água com caminhões-pipa para 150 famílias do interior do município há algumas semanas. Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Willi Janzem, muitos moradores continuam solicitando o abastecimento, porém alguns não têm local adequado para armazenamento. “Entregamos água tratada e, por isso, é tão importante colocá-la em recipientes limpos e arejados, só assim a qualidade será mantida”, diz.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde, o número de leitos de observação por casos de desidratação e intoxicação alimentar aumentaram consideravelmente nos últimos dias. A titular da Pasta, Valtraut Kroker,

comenta que a causa é a falta de água com qualidade. Segundo ela, como não há o recurso potável, as pessoas passam a consumir de outros reservatórios menos recomendáveis. Crianças e adultos apresentam o problema, mas, até o momento, a secretaria não tem o número de casos já registrados. A população está sendo atendida nos postos e no Hospital da Colônia Nova.

Uma reunião está agendada para esta sexta-feira e terá a participação de representantes da prefeitura, da Defesa Civil do município e de produtores rurais. Na ocasião, haverá uma análise dos resultados dos relatórios sobre a estiagem e, após, será definido se Aceguá decretará ou não situação de emergência.

FRANCISCO RODRIGUES / ESPECIAL / CP



Água tratada é entregue a 150 famílias do interior do município

Figura 9. Reportagem publicada em 13/01/2011 na página 4 do jornal *Correio do Povo*.



Figura 10. Reportagem publicada em 29/01/2011 na página 2 do jornal *Correio do Povo*.



Figura 11. Reportagem publicada em 29/03/2011 na página 3 do jornal *Correio do Povo*.

